



RELAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3695

Silvéria da Aparecida Ferreira, UNICENTRO
Alexandra Lourenço, UNICENTRO

Resumo

A presente proposta é resultado de reflexões gestadas na disciplina optativa de Sociologia e de debates gestados no curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO. Partimos do pressuposto que as relações de gênero estão intrínsecas a toda e qualquer sociedade, desta forma falar sobre esse tema, muitas vezes controverso, é extremamente válido e necessário. Controverso na medida em que impera, na sociedade contemporânea, relações de poder que relegam a questão de Gênero a uma subárea de estudo, inferiorizando o debate, no entanto, tais ações acusam a presença, ou continuidade, de concepções coletivas que atestam a recusa de desconstruir assimetrias e relações binárias, muitas vezes hegemônicas que, através do discurso, justificam a dominação do outro por um processo dado e irreversível, o biológico. Os estudos sobre Gênero adentram a academia nos fins da década de 1980, possui algumas orientações teóricas consolidadas, sendo assim, procuramos entender como o campo de estudos sobre Gênero está estruturado, as principais linhas e discursos teóricos que buscam legitimar a área de pesquisa. Para tanto utilizaremos os escritos de Joan Scott, uma intelectual singular na defesa do gênero enquanto categoria de análise e alguns outros autores que contribuirão para a reflexão. Propomos um diagnóstico dos dados disponíveis na plataforma online do CNPQ sobre Gênero, no qual os números de projetos aprovados, que leva em consideração pesquisas sobre a questão de Gênero, demonstram o profícuo e imprescindível debate, legitimando-o enquanto campo teórico válido.

Palavras Chave:

Gênero; Campo teórico;
Produção científica.

Introdução

Desde o final do século XX a produção acadêmica sobre as relações de gênero tem crescido dentro e fora do Brasil, mas isso não significa que haja homogeneidade nas orientações teóricas e metodológicas entre seus e suas pesquisadoras. De fato, cabe uma pequena reflexão sobre as diferenças internas dos estudos que se relacionam com a categoria de análise gênero. A produção feminista e acadêmica brasileira teve seu surgimento e consolidação a partir da segunda metade dos anos setenta e oitenta e não no final dos anos sessenta e início dos anos setenta como nos Estados Unidos e Europa. É necessário considerar que vivemos uma ditadura após sessenta e quatro e que a liberdade de expressão, assim como, a possibilidade de lutas por direitos, somente proliferou, com o início da abertura.

O mesmo ocorreu com a produção acadêmica e militante sobre o gênero e a mulher. Em 1990 na ANPOCS¹ ocorreu um GT com o título “A transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais”. Percebe-se que a discussão sobre as relações de gênero é bastante nova no meio acadêmico brasileiro e este acontecimento representa, sem dúvidas, seu nascimento institucional no Brasil. Alguns nomes são representativos desta produção brasileira: Heleieth Saffioti (2004) nos seus estudos sobre gênero, classe social, patriarcado e violência; Guacira Lopes Louro (1998) nos estudos sobre gênero, educação e sexualidade; Elaine Romero nos estudos sobre o corpo; Bila Sorj (1994), Cristina Bruschine e Albertina de Oliveira Costa (1992), Cláudia Fonseca entre tantas outras. (LAURETIS, 1994)

Todavia, esta produção expressa um ecletismo que além dos estudos de gênero, permeia a discussão nas ciências

sociais como um todo. Segundo Joan Scott os estudos de gênero podem ser genericamente resumidos em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio da tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira fundamentalmente dividida entre pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. Os estudos e reflexões teóricas e metodológicas sobre gênero se desenvolvem rapidamente no século XXI, mas, isso não impede que esta área de estudo ainda seja pensada por parcela da academia como “coisas de perfumaria” ou aqueles que acreditam que é “puro modismo” e estão aguardando a fase passar.

Desta forma, procuramos entender como o campo de estudos sobre Gênero está estruturado, as principais linhas e discursos teóricos que buscam legitimar a área de pesquisa. Para tanto utilizaremos os escritos de Joan Scott para a gênero enquanto categoria de análise e alguns outros autores que contribuirão para a reflexão. Posteriormente, propomos um diagnóstico dos dados disponíveis na plataforma online do CNPQ sobre Gênero, no qual os números de projetos aprovados, que leva em consideração pesquisas sobre a questão de Gênero, demonstram o profícuo e imprescindível debate, legitimando-o enquanto campo teórico válido.

Reflexões teóricas iniciais para a construção do objeto

O contexto no qual os estudos de gênero nasceram e se consolidaram data da segunda metade do século XX, após o crescimento das reivindicações

¹ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

democráticas de igualdade a partir dos movimentos sociais, assim como, de um momento de mudanças no campo intelectual acadêmico voltado ao estudo das questões sociais. Seu desenvolvimento muitas vezes leva a confusões entre o que são os estudos feministas, os estudos sobre a mulher e os estudos sobre gênero. Pretendemos de forma resumida abordar o processo deste desenvolvimento, buscando identificar em linhas gerais as principais orientações teóricas que têm embasado este estudo.

Segundo Scott as três principais vertentes teóricas têm evoluído na configuração do conceito, buscando superar a dicotomia (masculino-feminino) presente em seu nascimento e considerando as várias possibilidades que o gênero possa assumir. Mas, ainda há um longo caminho a percorrer, para além da legitimidade acadêmica, essa jovem área de estudo necessita aprimorar seus métodos e suas relações com as outras áreas de saber institucionalizadas. As instituições que produzem conhecimento, as que os transmitem, as planejam políticas públicas e as que velam pelas garantias jurídicas. Afinal, é no campo institucional que se pode construir novos papéis de gênero.

Portanto, insistir sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo enfatizando o caráter relacional do conceito é uma forma de buscar problematizar as relações de dominação e discriminação que tem se reproduzido na sociedade brasileira e incentivado a violência de gênero. Nesta linha de pensamento, Natalie Davis afirmava, em 1975, *“penso que nós deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido, assim como um historiador das classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses”*. (DAVIS, apud LOURO 1998, p.23)

Afinal, segundo a autora, nosso objetivo é compreender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. *“Nosso objetivo é descobrir o alcance*

dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”. (DAVIS apud LOURO, 1998, p. 23).

Deste modo, gênero torna-se uma forma de indicar "construções sociais" sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. E neste sentido, também, uma discussão política, pois, na instituição das diferenças, estão implicadas relações de poder.

Crítica e contribuição das vertentes dos estudos de gênero segundo Joan Scott

As discussões acerca das relações de gênero são, no âmbito da ciência da História, relativamente jovens, o que não descaracteriza sua importância. Dessa forma os escritos de Joan Scott contribuíram como um divisor de águas para o crescente desenvolvimento desse campo de estudo na História.

Historicamente destacaram-se três correntes de pensamento, tais teorias esforçaram-se para explicar e compreender as relações de Gênero. A preocupação de esboçar as principais concepções em relação à temática advém da necessidade de dimensionar o ecletismo desse campo, pois as discussões a respeito das questões de Gênero estão longe de serem homogêneas. Desta forma segundo Joan Scott (1990) são três principais vertentes:

A primeira teoria relacionada à questão de gênero constitui-se nas reflexões das feministas do patriarcado, conservadoras, buscam a origem da dominação masculina e a subordinação feminina, levando em consideração os aspectos biológicos. Para essa teoria a explicação de tal subordinação está na necessidade do homem dominar a mulher, considerando principalmente que essa dominação é efeito do anseio dos homens de transcender a sua privação dos meios de reprodução da espécie. A reprodução

era a chave do patriarcado ou para outras a resposta encontrava-se na sexualidade, mas na sexualidade em si, no contato físico, ainda que definam as relações sexuais como sociais (SCOTT, 1990). Scott critica essa posição das teorias do patriarcado:

Alguns problemas são encontrados, principalmente por historiadores, nas teorias feministas do patriarcado, ainda que suas indagações sobre a desigualdade entre homens e mulheres sejam relevantes. Scott (1990) Destaca primeiramente a falta de reflexões sobre a relação que a desigualdade de gênero tem com as outras desigualdades, já que “as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades” (SCOTT, 1990, p.10).

Scott (1990) critica também a relação que as feministas do patriarcado estabelecem com a variável única da diferença física, problemática para os historiadores, pois *pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano*, não estabelecendo qualquer relação com o social e o cultural, portanto *a não historicidade do gênero em si* (SCOTT, 1990, p. 10).

A segunda corrente teórica a ser considerada é a representada pelas feministas marxistas, essas possuem uma abordagem mais histórica, que segundo Scott (1990) deve-se a teoria que as guia, afinal o marxismo constitui-se em uma teoria da História. Buscam sobre tudo uma explicação mais material para o gênero, segundo essa teoria é na vida “material”, concreta que a dominação é forjada. Para Scott (1990) essa exigência materialista “limitou ou pelo menos atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise” (SCOTT, 1990, p.11).

A teoria marxista possui o que podemos chamar de duas ramificações. A primeira propõe uma solução baseada em um duplo sistema de análise, composto por dois domínios: o patriarcado e o capitalismo, e a segunda indica análises

marxistas mais ortodoxas, a partir dos modos de produção. Segundo Scott (1990, p.11) para os dois casos “a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros se encontra fora da divisão sexual do trabalho. Afinal de contas, famílias, lares e sexualidade, são produtos da mudança dos modos de produção”.

Dentro dessa corrente há um esforço para considerar o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas separados, mas em constante interação. No entanto, para Scott no decorrer das análises percebe-se a ênfase dada a causalidade econômica e o patriarcado sempre se desenvolvendo e mudando em função das relações de produção.

Scott (1990) afirma perceber a falta de unanimidade quanto às análises principalmente em volumes publicados em 1983 por feministas marxistas americanas, comenta que se as autoras individuais tem tendência de exaltar a causalidade dos contextos sociais, dando ênfase ao econômico, no entanto, sugerem a necessidade de estudar a estrutura psíquica da identidade de gênero, já que as relações de gênero “reflete” as estruturas econômicas e sociais. Nada mais justo entender e compreender a ligação entre a sociedade e as estruturas psíquicas persistentes. Contudo, tanto para as feministas americanas, quanto para as inglesas há dificuldades em trabalhar a conciliação entre a psicanálise e o marxismo, Scott (1990) assegura que o problema com o qual as feministas marxistas se defrontam é o inverso daqueles que a teoria do patriarcado coloca. Afirma também que “No interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise”. (SCOTT, 1990, p.13).

A terceira corrente teórica sobre gênero consiste na teoria psicanalítica, essa também divide-se em duas principais vertentes: a Escola Anglo-Americana e a Escola Francesa. As duas escolas utilizam

crianças nos primeiros anos de vida como objeto de estudo, se interessam pelos processos através dos quais são criadas as identidades dos sujeitos.

A Escola Anglo-Americana representada por americanos (as) e britânicos (as), trabalha com a teoria das “relações de objeto”, entendem que a criança nos primeiros anos aprende a moldar seu conceito de gênero, portanto atribuem valores e significados ao masculino e feminino no cotidiano das pessoas e no mundo concreto, adquirem esses elementos nas relações empíricas, no seio familiar, na escola e nas relações com os mais próximos. Nos Estados Unidos, a teoria de Nancy Chodorow e de Carol Gilligan (na História) destacam-se.

Joan Scott (1990) critica essa abordagem, entende que há um *literalismo* nas relações de objeto, “do fato de que ela faz depender a produção da identidade de gênero e a gênese da mudança, de estruturas de interrelação relativamente pequenas” (SCOTT, 1990, p.14). Segundo a autora, essa teoria compreende o conceito de gênero de forma muito particular, quando analisa apenas os contextos familiares, extingue e desconsidera outros sistemas amplos que influenciam a vida do indivíduo. Não leva em consideração a influência dos sistemas maiores da sociedade, dessa forma é como se crianças criadas em lugares onde os pais ajudam as mães, jamais passariam a pensar que a forma de lares nucleares são “corretos” (SCOTT, 1990). É preciso atentar “[...] às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido” (SCOTT, 1990, p.15)

A segunda ramificação da corrente evidenciada por Scott é a Escola Francesa, baseada nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias da

linguagem, para as feministas a figura principal é Jacques Lacan. Essa teoria entende que as crianças aprendem com mais do que relações empíricas, sendo assim, consideram o papel central da linguagem nesse processo. As feministas que defendem essa corrente tem um conceito próprio de linguagem, que não necessariamente designa unicamente as palavras, significando então, os sistemas de significação, as ordens simbólicas, que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita (SCOTT, 1990).

Em certos pontos Scott (1990) discorda dessas ideias, pois esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias “homem” e “mulher” sugerindo que o masculino e o feminino não são inerentes, fixas e que, portanto, são construídas subjetivamente. Assim, o ponto de desacordo entre Scott e essa teoria, gira em torno, da “fixação exclusiva sobre as questões relativas ao sujeito individual e a tendência a reificar como a dimensão principal do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres” (SCOTT, 1990, p.16). A teoria não leva em consideração a introdução de uma noção de especificidade e de variabilidade, dessa forma, acaba por universalizar as categorias, consequentemente os historiadores entendem que se constitui em uma leitura redutora do passado, “*falta uma maneira de conceber a “realidade social” em termos de gênero*” (SCOTT, 1990, p.17).

Por fim, temos a proposição da autora, Joan Scott. Sua definição de gênero tem duas partes e várias subpartes, assim “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e também é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p.21), e que, portanto, implica em quatro elementos relacionados entre si, primeiramente: “*símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas*”, logo gênero implica em uma construção

simbólica. Segundo: “*conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades*”, verdades absolutas que são impostas e que por sua vez não são problematizadas, sendo aceitas e seguidas sem justificativas. Não é só a dominação do homem sobre a mulher, mas também a do Estado, por exemplo, que dominam por leis legitimando seu poder através do gênero, ou então, a religião que atualmente tenta restaurar o papel tradicional da mulher entendido como autêntico.

O terceiro aspecto das relações de gênero implica em buscar nas regras, leis e normas a origem dessa aparência binária dos gêneros, explodindo a noção de fixidade. Assim, Scott (1990) acredita que o gênero é construído nas relações de parentesco, mas não só nela, também é construído nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. Ao menos na nossa sociedade atual, essas relações ocorrem de forma amplamente independente do parentesco. Portanto, o quarto aspecto do conceito de gênero produzido por Scott é a identidade subjetiva.

Portanto, a partir desta discussão teórica e compressão do conceito de gênero na proposição de Scott, procuramos observar como o gênero se apresenta na produção científica no Brasil. Nesta etapa nossas fontes foram os dados disponíveis na Plataforma do CNPQ a partir dos currículos registrados e do diretório dos grupos de pesquisas.

O gênero na produção científica – dados do CNPq

Pensar o Gênero na produção científica nos leva a pensar, minimamente, dois aspectos. O primeiro seria o Gênero como objeto ou categoria de pesquisa. O segundo seria observar como os pesquisadores brasileiros estão distribuídos por gênero. Quantos pesquisadores do sexo masculino e feminino estão registrados no CNPQ nos mais altos níveis de especialização (doutorado) e também se essa participação

é segmentada nas grandes áreas.

Quando realizamos a busca sobre a categoria gênero nas linhas de pesquisa registrada no CNPQ encontramos 741 linhas registradas na plataforma segundo o censo de 2010 que possuíam a categoria gênero. A busca foi realizada por palavra-chave e nome da linha de pesquisa. Para compreender a representatividade deste número resolvemos compará-lo com outras palavras importantes que representam uma razoável parcela dos debates nas ciências humanas. Realizamos o mesmo processo de busca com as seguintes palavras: mulher, trabalho, política e educação. Encontramos os seguintes resultados:

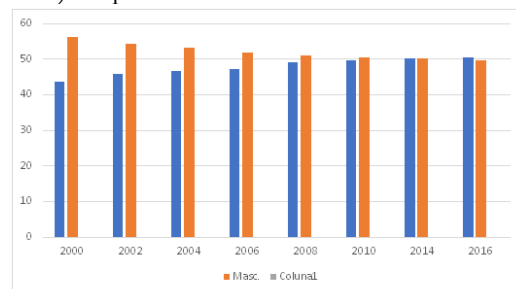
Tabela 1 - Linhas de pesquisa no Brasil pelo censo 2010 - palavra-chave e título

Gênero	Mulher	Religião	Trabalho	Política	Educação
741	152	172	1337	1718	4410

FONTE: diretório de grupos de pesquisa no Brasil (censo 2010)

Podemos observar que existe uma significativa produção científica sobre gênero no Brasil. Este tema ou categoria de análise deixou as prateleiras para figurar entre os artigos de primeira necessidade, ou seja, não é um tema de moda ou de menor importância, ao contrário, tem conquistado sua posição como categoria fundamental para compreensão das relações sociais.

Gráfico 1 – Pesquisadores no CNPq (por sexo) no período de 2000 a 2016

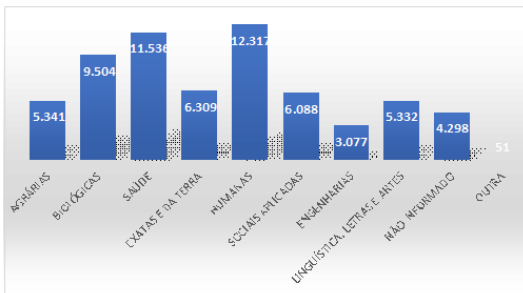


Fonte: CNPQ, Pesquisadores do Brasil por sexo, idade e grande área cadastrado na plataforma lattes, novembro, 2016

Em relação a participação de pesquisadores de ambos os sexos observamos o crescimento contínuo das pesquisadoras doutoras.

Este gráfico nos permite visualizar que no processo de formação em nível superior (doutorado) a distribuição por gênero foi equivalente em 2014 seguido de posterior declínio do gênero masculino em 2016. Todavia estes dados precisam ser pensados a luz de outros fatores como as áreas de concentração destes doutorados.

Gráfico 2 – Grande área – doutores – sexo feminino - dados dos currículos lattes em 30/11/2016



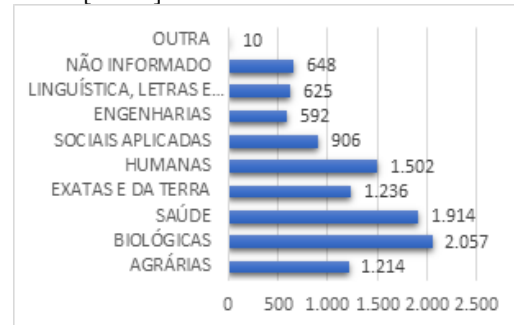
(Fonte: CNPQ, Pesquisadores do Brasil por sexo, idade e grande área cadastrado na plataforma lattes, novembro, 2016)

Dos 63.853 currículos de pesquisadoras doutoras do sexo feminino em novembro de 2016, 12.317 eram da área de Humanas e 11.536 da Saúde. Nas engenharias somavam somente 3.077. Todavia quando separamos essa distribuição pela faixa etária observamos uma pequena alteração nesta distribuição. No Gráfico 3 podemos analisar a distribuição por grande área apenas para faixa etária de 35 a 39 anos.

Percebemos uma diminuição da área de Humanas e aumento da área das Engenharia na faixa etária de 35 a 39 anos do sexo feminino com doutorado. Isso nos permite pensar que para as gerações de doutoras mais jovens² existe uma maior

inserção nas Engenharias.

Gráfico 3 – Grande área doutores- faixa etária [35-39] – sexo feminino



(Fonte: CNPQ, Pesquisadores do Brasil por sexo, idade e grande área cadastrado na plataforma lattes, novembro, 2016)

Considerações finais

Percebe-se através das discussões gestadas e das leituras a respeito das “relações de gênero” que essa temática tem muito a ser discutida, afinal seu campo recente de estudo traz muitas indagações e fomenta-nos a pensar as relações de gênero em qualquer análise, seja qual for o objeto de estudo. Sendo assim, segundo Scott (1990) gênero implica em uma construção social e cultural, feita e realizada pelas diferenças sociais percebidas, que não são fixas nem eternas, portanto mutantes ao longo da História, que envolvem sempre a comunicação e a construção da identidade subjetiva, e que implica essencialmente em relações sociais de poder, em todos os âmbitos da vida e da sociedade.

Traçamos um histórico das discussões de Gênero, embasadas nos estudos e escritos de Joan Scott, apresentamos as principais correntes e problemáticas acerca dessa área de estudo. Conforme Scott (1990) há alguns limites nas noções de gênero desenvolvidas por essas linhas, porém são extremamente válidas, do ponto de vista de suas

doutoramento, consideramos a faixa etária de 35 a 39 anos relativamente jovem.

² A classificação etária vai de 19 a 64 anos, assim, considerando o tempo necessário para o

contribuições para fundamentar o campo e validar essa perspectiva de análise. Tais concepções auxiliaram Scott na construção da sua própria perspectiva de análise sobre gênero, na qual acredita que para compreensão mais sólida é necessário abarcar vários aspectos, como as relações sociais, relações de poder, símbolos, normas etc.

Sendo assim, gestamos um debate na tentativa de defender o Gênero enquanto campo científico essencial, legítimo e que contribui para reflexão e compreensão e transformação da realidade social. Portanto negamos a noção equivocada de que as questões de Gênero seriam “modinha” ou perfumaria que logo cairia no esquecimento.

Por fim, realizamos o diagnóstico dos dados disponíveis na plataforma online do CNPQ sobre Gênero, no qual os números de projetos aprovados, que leva em consideração pesquisas sobre a questão de Gênero, demonstram o profícuo e imprescindível debate, legitimando-o enquanto campo teórico válido.

Referências

BRUSCHINI, Cristina; Sorj, Bila, orgs. **Novos Olhares:** mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas, 1994.

COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. (org.) **Tendências e impasses:** O feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul/dez. 1990.

FONTES

DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL (censo 2010) disponível em <http://dgp.cnpq.br/buscagrupo/>, acessado em 26/08/2017_

CNPQ disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-sexo-e-idade> acessado em 26/08/2017.